


# MAIS TEMPO NA ESCOLA PARA QUÊ? UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NO CEARÁ

Marciana Silva de Oliveira[1]
Francisco Willams Ribeiro Lopes[2]

## INTRODUÇÃO

No senso comum, o tempo costuma ser percebido como algo natural e incontestável, responsável por organizar a vida em sociedade por meio dos calendários, relógios e da racionalização das horas e dos minutos. No contexto escolar, essa lógica também se faz presente, uma vez que o tempo escolar é estruturado a partir de calendários letivos, horários de aula, divisão de disciplinas e organização curricular. Mais do que um elemento técnico, o tempo na escola atua como instrumento de ordenamento da vida escolar, regulando práticas, ritmos e formas de sociabilidade dentro da instituição educativa. É em torno desse tempo que os estudantes percebem o desenrolar da vida cotidiana, constroem memórias e organizam suas experiências de estudo, convivência, descanso e lazer.

Mas o que acontece quando o estudante passa a maior parte do seu tempo na escola? Essa é uma realidade vivenciada por grande parte dos jovens estudantes do ensino médio no Ceará, beneficiários da política pública de ensino médio em tempo integral, que atualmente abrange cerca de 80% da rede pública estadual. Nesse cenário, o estado caminha para a universalização da oferta do ensino médio em tempo integral nos próximos anos, consolidando uma política que tem apresentado resultados positivos em indicadores institucionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Entretanto, embora os dados quantitativos sejam importantes para compreender os resultados da política educacional, eles não são suficientes para revelar as experiências e as percepções dos sujeitos que vivenciam cotidianamente a ampliação do tempo escolar. É a partir

[1] Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Sociologia (PROFSOCIO) da Universidade Federal do Ceará- UFC
[2] Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará

da tensão entre os sentidos construídos pela proposta institucional da política e as experiências juvenis vivenciadas no cotidiano escolar que emerge a questão central deste trabalho: “o que significa, para os jovens, estar mais tempo na escola?” Essa questão parte da compreensão de que, com a ampliação da jornada escolar, a escola se constitui como um dos principais espaços de sociabilidade dos jovens, assumindo também um papel significativo nos processos de socialização e de formação de identidades.

Assim, a proposta deste trabalho vai além de compreender apenas como o tempo é preenchido e organizado institucionalmente. Busca-se incorporar as dimensões subjetivas e sociais que atravessam a experiência do tempo escolar, procurando compreender como os jovens percebem e atribuem sentidos ao tempo que passam na escola. Desse modo, compreender o tempo escolar implica também considerar como os cenários sociais mais amplos atravessam as experiências individuais e influenciam as formas pelas quais os jovens percebem, vivenciam e ressignificam o tempo dentro da escola.

## MÉTODO

A pesquisa possui abordagem qualitativa e está situada no campo da Sociologia da Educação e das políticas públicas educacionais. O estudo parte da compreensão do tempo escolar como uma construção social, buscando analisar não apenas sua organização institucional, mas também os sentidos produzidos pelos sujeitos que vivenciam a escola.

O campo de pesquisa está localizado no Maciço de Baturité, no Ceará, região composta por 13 municípios e marcada por especificidades territoriais, sociais e culturais. A escolha desse espaço está relacionada à necessidade de compreender como uma política de alcance estadual se materializa em um contexto interiorano específico. Muitos jovens que estudam nas escolas da região moram longe das unidades escolares e dependem de transporte escolar, realizando longos percursos diariamente. Esse tempo de deslocamento se soma à jornada escolar e pode interferir na convivência dos jovens em outros espaços e com outros sujeitos.

A inserção da pesquisadora como professora constitui um ponto de partida para a construção do campo, compreendendo esse processo a partir da perspectiva do “artesanato

intelectual", inspirado em Mills. A observação participante será utilizada para acompanhar as formas de sociabilidade e os modos como os jovens vivenciam o tempo e o espaço escolar, com registros em apontamentos e diário de campo.

O percurso metodológico envolve também levantamento bibliográfico, análise de documentos oficiais e análise de discursos institucionais relacionados à política de ensino médio em tempo integral. Busca-se compreender como o poder público apresenta essa política e quais finalidades atribui à ampliação do tempo escolar.

A análise da política será articulada à abordagem do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), considerando especialmente os contextos de influência, produção de texto e prática. A intenção é compreender a relação entre os discursos e documentos que orientam a política e sua materialização no cotidiano escolar.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

Quando procuramos definir o que é o tempo, lembramos dos relógios e dos calendários, da instrumentalização das horas que regula diversos acontecimentos da vida social, como o trabalho, a escola e o lazer. Remetemo-nos ao passado e às memórias que guardam lembranças, ou ainda, projetamo-nos para o futuro e suas expectativas e incertezas. Contudo, do ponto de vista sociológico, o tempo não pode ser reduzido a uma dimensão neutra da realidade, mas deve ser entendido como uma construção social historicamente situada, que atua como mecanismo de orientação, regulação e controle das práticas sociais.

Segundo Elias (1998), historicamente, aquilo que se convencionou chamar de tempo nem sempre foi compreendido da mesma forma. Nas sociedades antigas, a orientação temporal estava centrada nas atividades cotidianas e na observação da natureza. Com os processos de industrialização e modernização, mensurar o tempo tornou-se fundamental para a organização da vida social. Relógios e calendários passaram a orientar e regular as ações humanas, possibilitando a padronização, a previsibilidade e a racionalização das práticas cotidianas, aspecto também relacionado ao processo de racionalização discutido por Max Weber.

A escola, enquanto instituição social, adapta-se a essa lógica de organização, expressa nos calendários, horários, tempos letivos e períodos de permanência dos estudantes. Assim, o




tempo escolar ultrapassa a dimensão pedagógica e assume também uma função disciplinadora e organizadora da vida social. Arroyo (2009) destaca que a institucionalização do tempo escolar pode representar tanto organização quanto expropriação dos tempos e movimentos dos estudantes. Desse modo, compreender o tempo escolar significa também compreender as relações sociais, políticas e econômicas que atravessam sua organização.

É nesse contexto que se insere a política de educação em tempo integral. No Brasil, sua ampliação foi fortalecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente pela Meta 6, que estabeleceu a oferta de educação em tempo integral. No Ceará, essa política se consolidou por meio das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) e das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs). Sua implementação articula objetivos pedagógicos relacionados à melhoria da educação a finalidades sociais, políticas e de proteção social. Contudo, sua compreensão parte da análise dessa política exige, a partir de Ball e Bowe (1992) e Mainardes (2006) no intuito de compreender a política para além dos documentos oficiais, considerando suas interpretações, negociações e recontextualizações no contexto da prática. No caso do Ceará, os discursos oficiais enfatizam a melhoria dos indicadores educacionais, mas tais dados não alcançam as dimensões subjetivas e sociais vivenciadas pelos estudantes.

Essa dimensão torna-se fundamental quando consideramos as juventudes. Para Dayrell (2003), o jovem não deve ser compreendido apenas como um “vir a ser”, pois essa perspectiva tende a negar suas experiências no presente. Dayrell (2007) destaca que os jovens vivenciam diferentes formas de tempo, distinguindo o tempo institucional, marcado por horários e pontualidade, dos espaços de sociabilidade, caracterizados pela aleatoriedade, sentimentos e experimentação. Deste modo, a escola constitui-se como espaço sociocultural, que na concepção de Dayrell (1996) é organizado tanto pelas normas institucionais quanto pela complexa trama de relações entre seus sujeitos. Logo, é a forma como os indivíduos se relacionam com o saber e com a escola que expressam sentido a instituição escolar. Charlot (1996) compreende a relação com o saber como uma relação social. Assim, os significados atribuídos à escola e ao tempo escolar são construídos a partir das trajetórias, condições sociais e perspectivas de futuro dos jovens.




Dessa forma, o tempo escolar não é apenas aquele definido pelo relógio, pelos horários ou pela política educacional, mas também um tempo vivido, experimentado e significado pelos sujeitos.

## CONCLUSÃO

Os resultados parciais desta pesquisa, fruto da observação cotidiana, do levantamento bibliográfico e da análise de discursos realizados, apontam que a política pública no contexto institucional tem sido pensada como mecanismo de ampliação das igualdades educacionais e melhoria dos índices educacionais. Contudo, não englobam as dimensões subjetivas presentes quando se amplia o período de permanência na escola. Logo o sentido de permanecer mais tempo na escola perpassa as experiências juvenis construídas cotidianamente no espaço escolar, as quais são atravessadas pelas suas origens sociais, geográficas e econômicas.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 65, p. 3-10, 1988.

ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio 1996.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 136-161.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: SciELO. Acesso em: 10 maio 2026.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.




KRAWCZYK, Nora. Reflexões sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 210-226, mar./maio 2003. Disponível em: Revista USP. Acesso em: 10 maio 2026.